

UM BALANÇO DA PRODUÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOCENTE EM CONTEXTO DE AUSTERIDADE FISCAL (2016 A 2022)

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes

UFMS/PPGEdu

mdilneia@uol.com.br

Danielli Araujo Jarcem

UFMS/PPGEdu

daniarcem6@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o que se produziu até o momento sobre a temática da remuneração docente em um contexto particular denominado austeridade fiscal, considerando a implementação da Emenda Constitucional n.95/2016 aprovada em cenário nacional. O recorte temporal se justifica pelo início da implantação da Emenda, materializada em 2016 e tem o ano de 2022 como recorte, dado o limite da pesquisa. Limitou-se a busca somente por artigos que possuem relação com o estudo em questão.

Em um contexto de insatisfações e crises decorrentes da instabilidade política houve um processo de impeachment da então atual Presidente da República Dilma Rousseff. Seu vice, Michel Temer, assumiu o cargo da presidência e a solução encontrada para o discurso da crise foi implantar um novo ajuste fiscal. Em dezembro de 2016 foi implementado a Emenda Constitucional n.95/2016 que tem como objetivo limitar as despesas primárias da União pelo exercício de 20 anos e estabelece que para os anos posteriores a 2017, o limite de gastos corresponderá ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (BRASIL, 2016). A referida congela as despesas primárias pelos próximos 20 anos enquanto as despesas relacionadas ao pagamento de dívidas são excluídas desse teto de gastos. (AMARAL, 2016).

Com o objetivo de apresentar o que se produziu, foi realizado, nesse primeiro momento, um levantamento de dados. Foi selecionado o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASISBR), onde que reúne pesquisas de periódicos, repositórios e de bibliotecas digitais de teses e dissertações.

DESENVOLVIMENTO

Realizou-se uma busca avançada com os descritores destacados no quadro I e dentro desse contingente de pesquisas, foram selecionadas apenas artigos que se aproximavam do objeto em questão, seja pelo título ou pelo resumo ou até mesmo pela leitura na íntegra. O quadro II revela as produções selecionadas organizadas pelo título autor e ano de publicação.

QUADRO I - Relação entre as produções acadêmicas localizadas e selecionadas.

Descritores	Localizados	Selecionados
Educação e Austeridade Fiscal	37	0
Educação, Austeridade Fiscal e Financiamento	16	4
Remuneração docente em contexto de austeridade fiscal	1	1

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados extraídos do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASISBR)

QUADRO II - Relação das produções acadêmicas selecionadas.

Título	Autor	Ano
Valorização do Magistério e o novo Fundeb: desafios do contexto de austeridade fiscal	Andrea Barbosa Gouveia	2021
A disputa pelo Fundo Público no Município de Curitiba/PR pela ótica da Lei n. 101/2000 e a Emenda Constitucional n.95: implicações na remuneração docente	Marcus Quintanilha da Silva e Danieli Daguier Cruzeta	2019
O regime de limites de gastos no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado de Mato Grosso do Sul: análise sobre um processo em curso	Solange Jarcem Fernandes	2020
Austeridade Fiscal no financiamento da Educação em Curitiba (2017 -2019): uma perspectiva crítica dialética	Marcus Quintanilha da Silva	2022
O financiamento do Ensino Médio em contexto federativo: o caso do Estado de Mato Grosso do Sul	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Terezinha Pereira Braz	2020

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados extraídos do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASISBR)

Diante do exposto será analisado os efeitos que a política de austeridade fiscal tem provocado na remuneração dos profissionais da educação. A primeira pesquisa a ser analisada trata-se de um artigo da autora Gouveia e o resultado da pesquisa aponta para um cenário de valorização docente devido principalmente a implantação do piso salarial nacional e ao Fundeb. Porém com a implantação do novo ajuste fiscal houve uma ruptura no ciclo de valorização dos professores, a partir da dimensão remuneração. (GOUVEIA, 2021)

Os autores Silva e Cruzzeta apontam que em Curitiba, os relatórios evidenciaram que o controle fiscal da dívida pública e de despesas com pagamento de pessoal estavam sob controle. Todavia, no ano de 2017 com as políticas de austeridade fiscal, os servidores foram penalizados comprometendo o financiamento de políticas sociais, influenciando diretamente a remuneração docente. (SILVA, CRUZZETA, 2019). O artigo da autora Fernandes (2020) apresenta como resultado a derrubada do princípio da isonomia salarial garantida pelo Estatuto do Magistério, diminuindo os vencimentos dos professores convocados (que são maioria no estado). Outra consequência foi o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária de 11% para 14%, além da prorrogação de seis anos da integralização de 100% do PSPN.

O autor Silva (2022) revela que mesmo em um cenário de crescimento da arrecadação pública, a educação não está sendo prioridade. O quadro indica para uma perda da força de trabalho dos profissionais da educação do município analisado, sendo que parte desses trabalhadores passaram a ter contrato temporário e diminuição nos salários. O artigo das autoras Fernandes e Braz (2020) revelam que os recursos do Fundeb foram gastos em sua totalidade, ano a ano, com a folha de pagamento docente. Porém com a implantação do novo período, tem colocado em risco o funcionamento do Fundeb a longo prazo.

Diante dessa análise foi possível perceber que a temática ainda é pouco explorada e um dos motivos para essa escassez de estudos pode estar relacionado ao fato de se tratar de uma política recente, ainda em curso. Por isso a importância de se continuar pesquisando sobre a temática e proporcionar a população os efeitos que a política de austeridade fiscal reflete nos salários dos professores.

CONCLUSÃO

De maneira geral, as pesquisas se desenvolvem na esfera municipal e apontam para um quadro preocupante para a educação, principalmente para o que se refere a folha de pagamento dos profissionais da educação. Houve decréscimos nos salários dos professores que possuem contratos temporários indicando que a nova conjuntura a longo prazo poderá refletir na qualidade da educação quando ameaça diretamente a classe docente.

O estudo procurou revelar o panorama das pesquisas sobre a temática destacando que há poucos estudos que exploram diretamente o objeto em questão. Isto posto, é necessário o contínuo estudo sobre os efeitos do período de austeridade fiscal na remuneração dos docentes e aponta para novos questionamentos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **RBP**AE - v. 32, n. 3, p. 653 - 673 set./dez. 2016.

_____. **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *DOU*, Seção 1, p. 2-3, Brasília, DF, de 16 dez. 2016

FERNANDES, Maria. Dilnéia.; BRAZ, Terezinha Pereira. O Financiamento do Ensino Médio em contexto federativo: o caso do estado de Mato Grosso do Sul de 2007 A 2018. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 402–419, 2020. DOI: 10.5216/ia.v45i2.62597. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62597>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FERNANDES, Solange Jarcem. O regime de limites de gastos no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado de Mato Grosso do Sul> análise sobre um processo em curso. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 386–401, 2020. DOI: 10.5216/ia.v45i2.62765. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62765>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Valorização do magistério e o novo Fundeb: desafios no contexto de austeridade fiscal. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.15, n.33, p.751-766, set/dez. 2021. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OASISBR. **Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto**. Disponível em:<<https://oasisbr.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 05 de jun.

SILVA, Marcus Quintanilha da. Austeridade fiscal no financiamento da educação em Curitiba (2017 – 2019): uma perspectiva crítico dialética. **Roteiro**, [S. l.], v. 47, p. e27311, 2021. DOI: 10.18593/r.v47.27311. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27311>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA, Marcus Quintanilha da; CRUZETTA, Danieli Daguiar. A disputa do Fundo Público no Município de Curitiba/PR pela ótica da Lei n.101/2000 e a Emenda Constitucional n.95: implicações na remuneração docente. **Revista Fineduca**, v.9, n.15, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/89718/53965>>. Acesso em: 10 jun.2022